

**Prefeitura Municipal de Planalto da Serra - MT****Concurso Público 001/2019****Cargo: PROCURADOR JURÍDICO - AVOGADO****INSTRUÇÕES GERAIS**

1. Nesta prova você encontrará 14 páginas numeradas sequencialmente, contendo 80 questões objetivas, correspondentes as seguintes disciplinas: Direito Empresarial (05), Direito Tributário (10), Legislação Municipal (05), Direito Administrativo (15), Processo Civil e Civil (10), Direito Financeiro (10), Direito do Trabalho e Processo do Trabalho (10), Direito Ambiental (05) e Direito Constitucional (10). Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. (Se houver erro, comunique o fiscal);
2. Verifique se o caderno de provas se refere ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso o cargo esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido;
3. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta;
4. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente a letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas;
5. A leitora óptica não registrara as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa;
6. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura e os dados solicitados, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados as respostas;
7. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas;
8. Você dispõe de 04h (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas;
9. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 01 hora após seu início;
10. O candidato só poderá levar esse caderno de prova, 03 horas, após seu início.
11. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.
12. Os três últimos candidatos, deverão aguardar o lacramento dos malotes contendo os gabaritos.

BOA SORTE!!!

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 01 - Segundo o Código Civil, no que diz respeito ao Direito Empresarial, assinale a alternativa incorreta:

- a) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos;
- b) O incapaz (menor de idade ou interditado) pode ser empresário individual excepcionalmente, conforme consta dos arts. 974 ao 976 do Código Civil. Sendo que, para a criação da empresa, dependerá de representação ou assistência;
- c) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas;
- d) Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes.

Questão 02 - Assinale a alternativa que não está de acordo com o Código Civil:

- a) A sociedade adquire personalidade jurídica com o início das atividades econômicas de seus sócios;
- b) Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 967); e, simples, as demais;
- c) Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados;
- d) A atividade econômica pode restringir-se à realização de um ou mais negócios determinados.

Questão 03 - De acordo com a Jurisprudência do STJ, acerca das sociedades limitadas, assinale a alternativa correta:

- a) Na hipótese em que o sócio de sociedade limitada constituída por tempo indeterminado exerce o direito de retirada por meio de inequívoca e incontroversa notificação aos demais sócios, a data-base para apuração de haveres é o termo final do prazo de 120 dias, estabelecido pelo art. 1.029 do CC/02;
- b) O herdeiro necessário não possui legitimidade ativa para propositura de ação de dissolução parcial de sociedade em que se busca o pagamento de quotas sociais integrantes do acervo hereditário quando não for em defesa de interesse do espólio;
- c) A dissolução parcial de sociedade limitada por perda da *affectio societatis* pode ser requerida pelo sócio retirante, liberando a apuração de haveres de todas as suas quotas;
- d) É de 2 anos o prazo decadencial para que o sócio minoritário de sociedade limitada de administração coletiva exerça o direito à anulação da deliberação societária que o tenha excluído da sociedade, ainda que o contrato social preveja a regência supletiva pelas normas da sociedade anônima.

Questão 04 - O Código de Defesa do Consumidor em seu artigo 6º, diz que, São direitos básicos do consumidor, exceto:

- a) Manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente;
- b) A efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;
- c) A adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral;
- d) o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.

Questão 05 - De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.

- a) A garantia contratual é substitutiva à legal e será conferida mediante termo escrito;
- b) As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor, desde que não onerem excessivamente a parte contrária;
- c) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 10 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio;
- d) Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 06 - Assinale a alternativa que não está de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) A imunidade tributária recíproca alcança a autarquia que presta serviço público remunerado por meio de tarifas;



Os veículos automotores pertencentes aos correios são imunes a incidência do IPVA por força da imunidade tributária recíproca;

- c) Não incide o IPTU sobre considerado bem público cedido a pessoa jurídica de direito privado, por fazer jus a imunidade tributária recíproca;
- d) As empresas concessionárias de serviço público não gozam de imunidade tributária recíproca.

Questão 07 - Assinale a alternativa que não está de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores.

No que diz respeito a entidades religiosas que alugam imóvel a terceiros, o STF entende que: ainda que alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, c da CF, desde que o valor dos alugueis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas;

- b) A entidade religiosa goza de imunidade tributária sobre o cemitério utilizado em suas celebrações, desde que este cemitério seja uma extensão da entidade religiosa;
- c) As organizações maçônicas não estão incluídas no conceito de "templos de qualquer culto" ou de "instituições de assistência social" para fins de concessão da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, b e c da CF;
- d) Para fins de cobrança de ITBI, é do contribuinte o ônus da prova de que imóvel pertencente a entidade religiosa está desvinculado de sua destinação institucional.

Questão 08 - Assinale a alternativa em desacordo com a jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) A edição de listas telefônicas goza de imunidade tributária prevista no art. 150, VI, "d", da CF/88;
- b) O Papel utilizado para a impressão de livros, jornais e periódicos também é imune;
- c) A imunidade pode abranger filmes e papeis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos;
- d) A imunidade tributária prevista no art. 150, VI, "d" da Constituição Federal, abarca o maquinário utilizado no processo de produção de livros, jornais e periódicos.

Questão 09 - Acerca das taxas, assinale a alternativa em desacordo com a jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) O Serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa;
- b) As taxas municipais de fiscalização e funcionamento podem ter como base de cálculo o número de empregados ou ramo de atividade exercida pelo contribuinte;
- c) O valor cobrado pelo tribunal de justiça para que o interessado possa desarquivar autos de processos findos possui natureza jurídica de taxa;
- d) O valor das taxas deve estar relacionado com o custo do serviço que as motiva, ou com a atividade de polícia desenvolvida.

Questão 10 - São impostos de competência do município, exceto:

- a) Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos (ITBI);
- b) Imposto Territorial Rural (ITR);
- c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- d) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

Questão 11 - Segundo o Código Tributário Nacional, são formas de extinção do crédito tributário, exceto:

- a) A conversão do depósito em renda;
- b) A compensação;
- c) A isenção;
- d) A remissão.

Questão 12 - Segundo o Código Tributário Nacional, são formas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, exceto:

- a) A dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei;
- b) O depósito em seu montante integral;
- c) A concessão de medida liminar em mandado de segurança;
- d) O Parcelamento;

Questão 13 - Segundo o código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta.

- a) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação;
- b) Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria;
- c) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada;
- d) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação dependente de atividade estatal específica.



Questão 14 -Acerca das Súmulas Vinculantes, julgue os itens em verdadeiro ou falso.

- I - É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
II - É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, mesmo não havendo integral identidade entre uma base e outra.
III - É constitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.
IV - O ICMS não incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.

Estão verdadeiros os itens:

- a) II – III; b) I – IV; c) II – IV; d) IV – III.

Questão 15 - Acerca dos princípios tributários, assinale a alternativa correta:

- a) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade;
b) A criação de tributos está sujeita a reserva legal, contudo, a sua extinção não, sendo uma exceção ao princípio do paralelismo das formas;
 c) O princípio da capacidade contributiva está umbilicalmente ligado ao da isonomia, dele decorrendo diretamente;
d) O princípio da anterioridade é um dos mais importantes em matéria tributária, uma verdadeira garantia do cidadão em relação ao fisco. Neste sentido, percebemos que, embora haja exceção quanto aos Impostos Extraordinários de Guerra, não a anterioridade deve ser respeitada, integralmente, nos casos dos tributos CIDE-combustível e ICMS monofásico sobre combustíveis.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 16 - De acordo com a Lei Orgânica de Planalto da Serra/MT, a Prefeitura Municipal estimulará a formação de:

- a) associação das empregadas domésticas e sociedade de donas de casa.
b) sociedade de proteção aos animais e sociedade de moradores de bairro.
c) associação de proteção ao meio ambiente e sociedade de assistência aos desempregados, aos pobres e paraplégicos.
 d) sociedade de proteção ao esporte, lazer e a cultura e sociedade de agricultores.

Questão 17 -De acordo com a Lei Orgânica de Planalto da Serra/MT, é competência exclusiva da Câmara Municipal, exceto:

- a) elaborar seu Regimento Interno.
 b) autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a se ausentarem do Município, quando a ausência exceder um mês.
c) julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito.
d) zelar pela preservação da competência legislativa em face da atribuição normativa do Poder Executivo.

Questão 18 -Acerca do procedimento de emenda a Lei Orgânica de Planalto da Serra/MT, julgue os itens a seguir:

- I. A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;
II. A Lei Orgânica não poderá ser emendada mediante proposta do Prefeito;
III. A proposta de emenda a Lei Orgânica será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de trinta dias entre um e outro;

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas. c) Todas as assertivas estão corretas.
b) Apenas as assertivas II e III estão corretas. d) Nenhuma assertiva está correta.

Questão 19 -Acerca da política do desenvolvimento rural constante na Lei Orgânica de Planalto da Serra/MT, julgue os itens a seguir:

- I. Tem por objetivo o desenvolvimento socioeconômico do meio rural, fixando o homem a terra, dando-lhe um padrão de vida digno; \
- II. O município combaterá a propriedade improdutivo por meio de tributação especial; \
- III. As normas de políticas fundiárias e de assentamento serão definidas e executadas de maneira democrática;

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas. d) Nenhuma assertiva está correta.
b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 c) Todas as assertivas estão corretas. \



Questão 20 - De acordo com a Lei Orgânica de Planalto da Serra/MT, são símbolos oficiais do município, exceto:

- a) a Bandeira Municipal. c) o Hino Municipal.
b) o Brasão Municipal. ~~d)~~ a comunidade indígena de BAKAIRI.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 21 - Para o adequado cumprimento de duas competências constitucionais, a legislação confere à Administração Pública competências especiais, nesse sentido, julgue os itens a seguir:

- I. Preenchidos os requisitos definidos em lei, o ato administrativo deve ser praticado, havendo ainda a possibilidade de emissão de juízo de valor pela autoridade administrativa; ✓
II. No poder discricionário, o legislador atribui certa competência à Administração Pública, reservando uma margem de liberdade para que o agente público possa selecionar entre as opções predefinidas qual a mais apropriada ao interesse público;
III. O abuso do poder decorre apenas de condutas comissivas, quando o ato administrativo é praticado fora dos limites legalmente postos. ✓

Assinale a alternativa correta:

- ~~a)~~ Apenas a assertiva I está correta. c) Apenas a assertiva III está correta.
~~b)~~ Apenas a assertiva II está correta. ~~d)~~ Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Questão 22 - Acerca do entendimento exarado pelo Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir:

- I. ~~✓~~ É competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial;
II. ~~✓~~ O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante contribuição;
III. ~~✓~~ Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área. Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I está correta. c) Apenas a assertiva III está correta.
b) Apenas a assertiva II está correta. ~~d)~~ Apenas as assertivas I e III estão corretas.

Questão 23 - Acerca dos poderes administrativos, julgue os itens a seguir:

- I. A punição sempre depende de procedimento administrativo e a sanção imposta deverá estar conformada com a falta praticada, não se admitindo revisão judicial; ✓
II. O poder disciplinar corresponde ao dever de punição administrativa ante o cometimento de faltas funcionais ou violação de deveres funcionais por agentes públicos; ✓
III. No exercício do poder de polícia, a Administração Pública pode negar ou recusar alvará de licença, ainda que o particular preencha todos os requisitos para a sua obtenção. ✓

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I está correta. c) Apenas a assertiva III está correta.
~~b)~~ Apenas a assertiva II está correta. ~~d)~~ Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Questão 24 - Acerca do poder administrativo, assinale a alternativa correta:

- ~~a)~~ O poder disciplinar consiste na possibilidade de os Chefes do Poder Executivo editarem atos administrativos gerais e abstratos disciplinando a lei. ✓
b) A avocação de competência é medida excepcional e transitória pela qual determinada competência administrativa é convocada pela autoridade superior.
c) Um órgão administrativo pode delegar, parcialmente ou totalmente, sua competência a outros órgãos que lhe sejam hierarquicamente superiores.
d) A responsabilidade do ato é atribuída àquele que detém competência para praticá-lo, ainda que tenha havido delegação.

Questão 25 - Acerca do poder administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) A remoção de servidor público pode ser usada como forma de punição.
b) É lícito ao administrador exonerar um servidor subordinado que cometeu infração.
~~c)~~ Desvio de finalidade é o defeito que torna nulo o ato administrativo quando praticado visando fim diverso daquele previsto em lei.
d) O desvio de finalidade admite convalidação se for praticado de boa-fé.

Questão 26 - Acerca do conceito e características do terceiro setor, julgue os itens a seguir:



I. As entidades do terceiro setor, embora autônomas, integram a estrutura administrativa como entes da Administração Indireta. ✓

II. O terceiro setor designa o conjunto de entidades privadas, dotadas de autonomia e personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituídas para o desempenho de atividades sociais; ✗

III. Por integrarem a estrutura administrativa, as entidades do terceiro setor estão sujeitas à regulação financeira efetivada pelo Tribunal de Contas, além de se submeterem aos princípios básicos que norteiam a atuação administrativa.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I está correta. c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
b) Apenas a assertiva II está correta. d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Questão 27 - São atributos do ato administrativo, exceto:

- a) a presunção de legitimidade, que depende de previsão legal.
b) a imperatividade, pois ato administrativo pode criar unilateralmente obrigações aos particulares.
c) a exigibilidade, que permite à Administração aplicar punições aos particulares por violação da ordem jurídica.
d) a tipicidade, que diz respeito à necessidade de respeitar-se a finalidade específica definida na lei para cada espécie de ato administrativo.

Questão 28 - Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A Administração Pública pode revogar os próprios atos, mas não pode declarar-lhes a nulidade.
b) Os atos concretos são aqueles que definem uma regra genérica que deverá ser aplicada sempre que a situação descrita no ato ocorrer de fato.
c) Ofícios são convites ou comunicações escritas dirigidas a servidores subordinados ou particulares sobre assuntos administrativos ou de ordem social.
d) Os atos normativos são que estabelecem opiniões e conclusões do ente estatal, como, por exemplo, os pareceres.

Questão 29 - Em determinadas situações, é possível a correção do vício do ato administrativo, assim:

- a) Ocorre a convalidação do ato, já que o vício é sanável.
b) A convalidação do ato pode ocorrer ainda que gere prejuízo a terceiros.
c) A convalidação pode ser efetivada por ato de outra autoridade administrativa, o que recebe o nome de confirmação.
d) Ocorre a caducidade do ato, por motivos de oportunidade e conveniência.

Questão 30 - Acerca da intervenção do Estado na propriedade privada, julgue os itens a seguir:

I. Os bens imóveis confiscados por conterem culturas ilegais de psicotrópicos e/ou exploração de trabalho escravo, serão destinados à reforma agrária e a programas de habitação popular. ✓

II. A expropriação é o procedimento administrativo pelo qual o Estado transforma compulsoriamente bem de terceiro em propriedade pública, pagando indenização prévia. ✓

III. Na servidão administrativa, mediante interesse público, o bem tem sua propriedade transferida do particular para o Poder Público, beneficiando entidade pública ou delegada.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
b) Apenas a assertiva III está correta.
c) Apenas as assertivas I e II estão corretas. ✓
d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Questão 31 - Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n. 101/00) que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, assinale a alternativa incorreta:

- a) A transparência será assegurada também mediante o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
b) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas na LRF.
c) A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.
d) Cabe apenas aos Tribunais de Contas a fiscalização quanto ao cumprimento das normas da LRF, sobretudo no que diz respeito aos limites e condições para realização de operações de crédito.



Questão 32 - Acerca dos tipos de licitação, julgue os itens a seguir:

- I. O critério de "menor preço" visa a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo o vencedor aquele que, dentro das especificações do edital, ofertar o menor preço; ✓
- II. O critério do "maior lance" é utilizado exclusivamente para a modalidade leilão. ✗
- III. O critério de "melhor técnica" é utilizado exclusivamente para contratação de serviços de informática. ✗

Assinale a alternativa correta:

- a) ~~Apenas a assertiva I está correta.~~ ✓
- b) Apenas a assertiva III está correta.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Questão 33 - O dever de realizar licitações está constitucionalmente disciplinado no art. 37, XXI, CFRB/88, no plano infraconstitucional é correto afirmar que:

- a) A lei n. 8.666/93 estabeleceu as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, publicidade, compras, alienações e locações no âmbito da União.
- b) ~~A Medida Provisória n. 2.026-3, de 28 de julho de 2000 criou, somente para o âmbito federal, a modalidade licitatória denominada pregão.~~ ✓
- c) A lei n. 10.520/02 restringiu a modalidade licitatória do pregão eletrônico ao âmbito federal.
- d) ~~A lei n. 12.232/10 instituiu, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a modalidade de licitação denominada pregão eletrônico, para aquisição de bens e serviços de engenharia.~~ ✓

Questão 34 - Acerca das modalidades licitatórias, julgue os itens a seguir:

- I. A Lei n. 8.666/93 proíbe que a Administração Pública crie outras modalidades de licitação ou a combine as existentes; ✓
- II. Admite-se que o legislador estadual ou municipal, no exercício de sua competência para criar normas específicas sobre o tema, determine a adoção da concorrência como única modalidade licitatória permitida na respectiva esfera federativa; ✗
- III. Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de projetos de engenharia, trabalhos técnicos, científicos ou artísticos, mediante a instituição de remuneração ou prêmio aos vencedores.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) ~~Apenas a assertiva III está correta.~~ ✓
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Questão 35 - Acerca dos Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta:

- a) ~~Os Tribunais de Contas têm competência para fiscalização de quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, públicas ou privadas que utilizem dinheiro público.~~ ✓
- b) Não cabe aos Tribunais de Contas apreciar a constitucionalidade de leis ou de atos do poder público.
- c) As decisões dos Tribunais de Contas que resultam na imputação de débito têm força de título executivo judicial e são executadas por meio da Lei de Execuções Fiscais (Lei n. 6.830/80).
- d) Os Tribunais de Contas são órgãos de controle interno auxiliares do Poder Executivo nas suas atuações administrativas.

PROCESSO CIVIL E CIVIL

Questão 36 - Acerca dos atos processuais, julgue os itens a seguir:

- I. De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, sendo que o calendário vincula as partes, mas não o juiz; ✓
- II. A audiência designada em calendário fixado entre as partes e o juiz não dispensa a intimação das partes. ✓
- III. Os atos processuais são públicos, mas tramitam em segredo de justiça os processos que versem sobre casamento e separação de corpos;

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) ~~Apenas a assertiva II está correta.~~ ✓
- c) Apenas a assertiva III está correta.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Questão 37 - Acerca dos atos processuais, julgue os itens a seguir:

- I. Os atos processuais podem ser total ou parcialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico; ✓
- II. Os atos processuais serão realizados em dias úteis, exclusivamente das 6 (seis) às 20 (vinte) horas;



III. Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras não poderão realizar-se no período de férias forenses;

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas a assertiva II está correta.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Questão 38 - Acerca dos prazos processuais, julgue os itens a seguir:

- I. Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual; /
- II. Os prazos são contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento; /
- III. Considera-se como data de disponibilização o primeiro dia útil seguinte ao da publicação da informação no Diário da Justiça eletrônico;

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas a assertiva II está correta.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Questão 39 - Acerca da petição inicial, assinale a alternativa correta:

- a) É ilícito formular pedido genérico quando a determinação do objeto depender de ato que deva ser praticado pelo réu.
- b) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.
- c) A petição inicial será indeferida se o autor não indicar o endereço eletrônico do réu.
- d) Ao verificar que a petição inicial apresenta defeitos ou irregularidades capazes de dificultar o julgamento, o juiz determinará a emenda no prazo de 5 (cinco) dias.

Questão 40 - Acerca da petição inicial, julgue os itens a seguir:

- I. Se o advogado, postulando em causa própria, deixar de declarar o seu número de inscrição na OAB, o juiz ordenará que se supra a omissão no prazo de 5 (cinco) dias; /
- II. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se; /
- III. Considera-se inepta a petição inicial quando contiver pedidos incompatíveis entre si ou quando da narração dos fatos decorrer logicamente a conclusão;

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas a assertiva II está correta.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Questão 41 - Acerca das cláusulas gerais e de conceitos legais indeterminados, assinale a alternativa correta:

- a) Cláusulas gerais são normas com diretrizes indeterminadas, que trazem expressamente uma solução jurídica (consequência).
- b) Cláusulas gerais são normas com diretrizes determinadas, que não trazem expressamente uma solução jurídica (consequência).
- c) Conceitos legais indeterminados são normas com diretrizes indeterminadas, que não trazem expressamente uma solução jurídica (consequência).
- d) Conceitos legais indeterminados são normas com diretrizes indeterminadas, que trazem expressamente uma solução jurídica (consequência).

Questão 42 - São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

- a) os menores de dezesseis anos.
- b) os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- c) aqueles que, por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- d) os analfabetos.

Questão 43 - Acerca do seguro de dano, julgue os itens a seguir:

- I. O risco do seguro compreenderá todos os prejuízos resultantes ou consequentes, como sejam os estragos ocasionados para evitar o sinistro, minorar o dano, ou salvar a coisa; /
- II. No seguro de responsabilidade civil, o segurador garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo segurado a terceiro;
- III. A vigência da garantia, no seguro de coisas transportadas, começa no momento em que são pelo transportador recebidas, e cessa com a sua entrega ao destinatário. /



Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas. c) Todas as assertivas estão corretas.
b) Apenas as assertivas II e III estão corretas. d) Nenhuma assertiva está correta.

Questão 44 - Acerca da prova, julgue os itens a seguir:

- I. O fato jurídico pode ser provado mediante presunção;
II. A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação;
III. A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, mas não faz prova plena;

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas. c) Todas as assertivas estão corretas.
 b) Apenas as assertivas II e III estão corretas. d) Nenhuma assertiva está correta.

Questão 45 - Acerca da obrigação de indenizar, julgue os itens a seguir:

- I. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem;
II. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
III. Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, ainda que o causador do dano seja descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas. c) Todas as assertivas estão corretas.
 b) Apenas as assertivas II e III estão corretas. d) Nenhuma assertiva está correta.

DIREITO FINANCEIRO

Questão 46 - Acerca do Plano Plurianual (PPA) assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de lei que estabelece o planejamento estratégico do governo de médio prazo, de modo que, acaba por influenciar a elaboração da LOA;
b) O PPA tem por objetivo estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as despesas de duração continuada;
 c) Tem caráter programático manifesto. Tratando de valores, dos custos reais dos programas, dentro das disponibilidades financeiras ao longo do governo;
 d) O projeto do PPA será encaminhado até 3 meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Questão 47 - Acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), assinale a alternativa incorreta.

- a) A LDO surgiu por meio da Constituição Federal de 1988, como elo entre o planejamento (PPA) e o operacional (LOA);
b) O projeto da LDO será encaminhado até o dia 15 de abril (oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro) e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa;
c) Para a garantia da continuidade do serviço público, uma das exceções à LDO é a possibilidade de dispensa de previsão de aumento para o exercício atual de remuneração dos servidores públicos;
 d) O período de vigência da LDO é variável, pois depende da data da sua publicação.

Questão 48 - Acerca da Lei Orçamentaria Anual (LOA) assinale a alternativa correta.

- a) No âmbito federal, o prazo para envio da LOA é até 15 de agosto;
b) A LOA compreende 2 suborçamentos, o Fiscal e o de Investimentos;
c) o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo nacional do efeito sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;
d) A LOA, também chamada apenas de orçamento, tem vigência de um ano, e, na linha do princípio da anualidade, entra em vigor em 01 de janeiro, com vigência até 31 de dezembro.

Questão 49 - Analise os itens a seguir, segundo a doutrina de direito financeiro.

- I – Receita pública é a entrada que, integrando-se ao patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, vem crescer o seu vulto, como elemento novo e positivo.
II – Ingresso são todas as entradas, mesmo quando geram lançamento no passivo.
III – Receita extraordinária é a receita inconstante, esporádica e excepcional.



III- Acerca do chamado Salário-Educação, a parcela relaciona-se às obrigações empresariais concernentes à prestação de facilidades de educação e ensino a seus empregados; sua natureza jurídica é de contribuição social. \

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas estão corretas; c) Apenas II está correta;
b) Apenas I está correta; d) Apenas III está correta.

Questão 57 - Acerca da jurisprudência do TST, assinale a alternativa correta.

- a) É do empregador o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS, pois o pagamento é fato extintivo do direito do autor; ✓
b) É do empregado o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS, pois o pagamento é fato extintivo do direito do autor;
c) É do empregador o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS, pois o pagamento é fato declaratório do direito do autor;
d) É do empregador o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS, pois o pagamento é fato condenatório ao réu;

Questão 58 - Sobre as fontes do Direito do Trabalho marque a alternativa incorreta:

- a) As fontes formais justrabalhistas classificam-se em heterônomas e autônomas;
b) O laudo arbitral, não obstante considerado fonte heterônoma, tem, ao mesmo tempo, importantes características claramente próximas às fontes autônomas justrabalhistas;
c) São algumas das fontes heterônomas do Direito do Trabalho: Constituição, Lei, Tratados e Convenções Internacionais favorecidos por ratificação e adesão internas, Acordos Coletivos de Direito do Trabalho;
d) Heterônomas seriam as normas cuja produção não se caracteriza pela imediata participação dos destinatários principais das normas regras jurídicas

Questão 59 - Acerca do Direito Internacional do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) O Direito Internacional do Trabalho surge em 1949, no pós Segunda Guerra e com o fortalecimento da OIT pelo tratado de Versalhes;
b) O Direito Internacional do Trabalho surge em 1919, com a criação da OIT, pelo Tratado de Versalhes.
c) O Direito Internacional do Trabalho Surge em 1909, no período pré primeira guerra, com a criação da OIT, pelo Tratado de Madri; ✓
d) O Direito Internacional do Trabalho surge em 1989, após a queda do muro de Berlim, com o fim da guerra fria a OIT consegue mostrando a verdade sobre os vários problemas enfrentados pelos trabalhadores no "lado comunista do globo".

Questão 60 - Análise os itens a seguir:

I - Jornada de trabalho é o lapso temporal diário em que o empregado se coloca à disposição do empregador em virtude do respectivo contrato. ✓

II - Embora jornada seja palavra que tem magnetizado as referências culturais diversas feitas ao tempo de trabalho ou disponibilidade obreira em face do contrato, a expressão duração do trabalho é que, na verdade, abrange os distintos e crescentes módulos temporais de dedicação do trabalhador à empresa em decorrência do contrato empregatício. ✓

III - A expressão horário de trabalho traduz, rigorosamente, o lapso temporal entre o início e o fim de certa jornada laborativa. ✓

Assinale a alternativa correta:

- a) I e II estão corretas; c) Apenas I está correta;
b) I, II e III estão corretas; d) Apenas II está correta.

Questão 61 - Leia o Artigo da CLT a seguir:

Art. 844 - O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não-comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato. ✓

Segundo a CLT, a revelia não produz efeito nos seguintes casos, exceto:

- a) O litígio versar sobre direitos indisponíveis;
b) As alegações de fato formuladas pelo reclamante forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos;
c) Faltar qualquer prova do ato em litígio;
d) Havendo pluralidade de reclamados, algum deles contestar a ação. ✓



Questão 62 - Assinale a alternativa correta, de acordo com a CLT.

- a) A reclamação deverá ser escrita;
- b) Recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou secretário, dentro de 72 (setenta e duas) horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência do julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de 5 (cinco) dias;
- c) A reclamação poderá ser apresentada por intermédio das Procuradorias Regionais da Justiça do Trabalho, desde que munidos de procuração para tal ato;
- d) Sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumuladas num só processo, se se tratar de empregados da mesma empresa ou estabelecimento.

Questão 63 - Segundo a CLT, no que diz respeito à audiência de conciliação, assinale a alternativa incorreta;

- a) Aberta a audiência, o juiz ou presidente proporá a conciliação. E se houver acordo lavrar-se-á termo, assinado pelo presidente e pelos litigantes, consignando-se o prazo e demais condições para seu cumprimento;
- b) Não havendo acordo, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes;
- c) Os tramites de instrução e julgamento da reclamação serão resumidos em ata, de que constará, a súmula da decisão;
- d) Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (dez) minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão.

Questão 64 - Segundo a CLT, no que diz respeito ao procedimento sumaríssimo, assinale a alternativa incorreta;

- a) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente;
- b) A sentença mencionará os elementos de convicção do juízo, com resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório;
- c) As partes serão intimadas da sentença na própria audiência em que prolatada;
- d) Na ata de audiência serão registrados detalhadamente todos os atos, afirmações das partes e as informações da causa trazidas pela prova testemunhal.

Questão 65 - Segundo a CLT, na justiça do trabalho são admissíveis os seguintes recursos, exceto:

- a) Agravo Retido;
- b) Agravo de Instrumento;
- c) Agravo Interno;
- d) Agravo Regimental;

DIREITO AMBIENTAL

Questão 66 - Acerca do Direito Ambiental assinale a alternativa incorreta.

- a) O art. 225 da CF/88, ao dizer que "o Meio Ambiente ecologicamente equilibrado" é bem de uso comum do povo, está prevendo que este direito é um direito difuso de toda a coletividade;
- b) A CF/88 fixa o direito ao "Meio Ambiente ecologicamente equilibrado" como um direito Intergeracional;
- c) Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei, colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho;
- d) Devido aos anseios de grupos que consideram animais objetos de proteção do Direito, a Constituição Federal passou a considerar cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, mesmo que sejam manifestações culturais.

Questão 67 - Assinale a alternativa incorreta.

- a) O Princípio da Precaução consiste em preservar e proteger o meio ambiente de um perigo futuro e certo;
- b) O princípio da intervenção estatal obrigatória, presente no art. 225 da CF/88, contribui na manutenção da supremacia do interesse público sobre o particular e da indisponibilidade do interesse público;
- c) Princípio do protetor/provedor-recebedor tem relação com sanções premiais, incentivos e benefícios àqueles que ajudam na preservação do meio ambiente;
- d) O princípio da prevenção está ligado a um dano futuro e incerto, mas provável, derivando do princípio "*in dubio pro natura*";

Questão 68 - Assinale a alternativa incorreta.

- a) Recurso ambiental é a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;



- b) Proteção integral é a manutenção dos ecossistemas depois de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;
- ~~a)~~ Uso indireto é aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;
- d) Unidade de conservação é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Questão 69 - Acerca das jurisprudências de direito Ambiental, assinale a alternativa incorreta.

- ~~a)~~ O Município é competente para legislar sobre o meio ambiente, juntamente com a União e o Estado-membro/DF, no limite do seu interesse local e desde que esse regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI, c/c o art. 40, I e II, da CF/88);
- b) O STF julgou constitucional Lei municipal que proíbe, sob qualquer forma, o emprego de fogo para fins de limpeza e preparo do solo no referido município, inclusive para o preparo do plantio e para a colheita de cana-de-açúcar e de outras culturas;
- c) Em tese, o Estado-membro detém competência para legislar sobre controle de resíduos de embarcações, oleodutos e instalações costeiras. Isso porque o objeto dessa lei é a tutela ao meio ambiente, sendo essa matéria de competência concorrente, nos termos do art. 24, VI e VIII, da CF/88;
- d) Na hipótese de ação civil pública proposta em razão de dano ambiental, é possível que a sentença condenatória imponha ao responsável, cumulativamente, as obrigações de recompor o meio ambiente degradado e de pagar quantia em dinheiro a título de compensação por dano moral coletivo.

Questão 70 - Assinale a alternativa que não está de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) A responsabilidade administrativa ambiental, como regra, apresenta caráter objetivo; não se exigindo dolo ou culpa para sua configuração;
- ~~b)~~ O particular que, por mais de vinte anos, manteve adequadamente, sem indício de maus-tratos, duas aves silvestres em ambiente doméstico, pode permanecer na posse dos animais;
- c) Configurada infração ambiental grave, é possível a aplicação da pena de multa sem a necessidade de prévia imposição da pena de advertência (art. 72, lei 9 605/98);
- d) Não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 71 - São hipóteses de suspensão dos direitos políticos, exceto:

- ~~a)~~ O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- b) A condenação criminal transitada em julgado.
- ~~c)~~ A recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.
- ~~d)~~ A condenação por improbidade administrativa.

Questão 72 - O Brasil adota como forma e sistema de governo, respectivamente:

- a) O parlamentarismo e a república.
- ~~b)~~ O presidencialismo e a república.
- ~~c)~~ A república e o presidencialismo.
- ~~d)~~ A democracia e o presidencialismo.

Questão 73 - Acerca da intervenção federal, assinale a alternativa correta:

- a) Cabe ao Congresso Nacional, reunido em sessão unicameral, opinar sobre o decreto interventivo, podendo aprová-lo ou suspendê-lo, sendo vedado emendá-lo.
- b) Cabe ao Conselho de Defesa Nacional e ao Conselho da República, opinar sobre o decreto interventivo, podendo aprová-lo, suspendê-lo e/ou emendá-lo.
- ~~c)~~ O decreto de intervenção especificará a amplitude, o prazo, as condições de execução e nomeará o interventor militar.
- d) Se não estiver funcionando o Congresso Nacional, far-se-á convocação extraordinária, no prazo de vinte e quatro horas, para que aprecie o decreto interventivo.

Questão 74 - Acerca do procedimento de Emenda à Constituição, julgue os itens a seguir:

- I. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros do Congresso Nacional;
- II. A proposta de emenda será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.



III. Após a aprovação pelo Congresso Nacional, a proposta de emenda segue para sanção ou veto da Presidência da República. ✓

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
b) Apenas a assertiva II está correta.



- c) Apenas a assertiva III está correta.
d) Nenhuma assertiva está correta

Questão 75 - Acerca do histórico das constituições brasileiras, julgue os itens a seguir:

- I. A Constituição de 1891 reservou uma zona de 14.400 km², no Planalto Central, para a fixação da futura Capital;
II. A Constituição de 1937 dispunha expressamente que o Presidente da República era a "autoridade suprema do Estado"; ✓
III. A Emenda Constitucional nº 04/1961, introduziu o parlamentarismo na Constituição de 1946. †

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
d) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 76 - Quanto a origem podemos classificar as constituições brasileiras de 1824 e 1946, respectivamente, em:

- a) Outorgada e promulgada.
b) Outorgada e cesarista.

- c) Promulgada e pactuada.
d) Cesarista e bonapartista.

Questão 77 - Dessa maneira, dois são os sentidos de Constituição: a) sentido jurídico-positivo: Constituição é a lei mais importante do ordenamento jurídico de um país, sendo o pressuposto de validade de todas as leis; b) sentido lógico-jurídico: uma norma supraconstitucional, pré-constituída, não escrita e cujo único mandamento é "obediência à Constituição" (NUNES JUNIOR, F. M. A. Curso de Direito Constitucional. 3ª ed. São Paulo, Editora Saraiva Educação, 2019, p. 163 [com adaptações])

A concepção de Constituição a respeito da qual o texto discorre é:

- a) A constituição como processo político, de Peter Häberle.
b) A concepção culturalista, de Konrad Hesse.
c) A concepção jurídica, de Hans Kelsen.
d) A concepção política, de Carl Schmitt.

Questão 78 - São hipóteses de perda da nacionalidade:

- a) Por sentença judicial transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, hipótese que incide apenas aos brasileiros naturalizados.
b) Por decisão do Ministério da Justiça, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, hipótese que incide aos brasileiros natos ou naturalizados.
c) Por aquisição voluntária de outra nacionalidade, hipótese que incide apenas ao brasileiro nato.
d) Por ato do Ministério da Justiça, em virtude de aquisição voluntária de outra nacionalidade, hipótese que incide apenas ao brasileiro naturalizado.

Questão 79 - A criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Estados-membros se dará:

- a) Por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal
b) Por lei complementar federal e dependerá de consulta prévia às populações dos Estados-membros envolvidos.
c) Por decreto do Presidente da República, observados os estudos de viabilidade.
d) Por lei ordinária, sendo de matéria privativa do Presidente da República.

Questão 80 - Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade, exceto:

- a) o Presidente da República e a Mesa do Senado Federal.
b) o Governador de Estado e o Procurador-Geral da República.
c) o Conselho Federal da OAB e suas seccionais.
d) os partidos políticos com representação no Congresso Nacional e as confederações sindicais.

A PERSISTÊNCIA É O CAMINHO DO EXITO

Boa Sorte !!!